

cadernos

# IHU

ideias

## Desejo e violência

Rosane de Abreu e Silva



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.



cadernos **IHU** ideias

## **Desejo e violência**

Rosane de Abreu e Silva

**ano 7 - nº 124 - 2009 - 1679-0316**

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

*Reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

*Vice-reitor*

José Ivo Follmann, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

*Diretor*

Inácio Neutzling, SJ

*Gerente administrativo*

Jacinto Aloisio Schneider

**Cadernos IHU ideias**

Ano 7 – Nº 124 – 2009

ISSN: 1679-0316

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

*Conselho científico*

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. MS Angélica Massuquetti – Unisinos – Mestre em Economia Rural

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

*Responsável técnico*

Jacinto Aloisio Schneider

*Revisão*

Vanessa Alves

*Secretaria*

Camila Padilha da Silva

*Editoração eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

**www.ihu.unisinos.br**

# DESEJO E VIOLÊNCIA

*Rosane de Abreu e Silva*

## **Introdução**

Refletir sobre a violência, nos dias atuais, tornou-se um grande desafio, uma vez que nos vemos diante de novas formas de sua manifestação. A preocupação com o tema se mostra em vários segmentos da sociedade e da comunidade científica, onde as pesquisas exigem constantes atualizações. Portanto, não pretendo, neste texto, apresentar respostas para a questão, mas sim abordar alguns elementos que possam auxiliar na reflexão deste tema. O trabalho com sujeitos inseridos na questão da violência nos coloca, certamente, várias interrogações.

Falar sobre a temática do desejo e da violência implica, inevitavelmente, em retomar alguns aspectos relativos à constituição do sujeito e do objeto enquanto causa do desejo. Para desenvolver o tema, primeiramente, seria importante traçar a diferença entre a violência fundamental – constituinte do sujeito, da violência a qual chamarei, neste texto, de violência inominável. Da mesma forma, faz-se necessário introduzir elementos que constituem a percepção do objeto, uma vez que ele está presente na questão da violência.

Em um segundo tempo, tentarei articular a questão do objeto e das vias do desejo na problemática da violência, bem como a preponderância do investimento em objetos de realidade na pós-modernidade. Através de duas resenhas de casos de adolescentes inseridos na questão da violência, apontarei algumas dificuldades associadas à violência fundamental, que levariam a violência exacerbada. Não menos importante, para concluir o tema, torna-se imprescindível apontar as dificuldades no trabalho institucional no que concerne esta problemática.

## **1. A violência fundamental na constituição do sujeito e na concepção do objeto**

A origem de todo o ser humano é marcada pela experiência primordial: o desamparo primitivo e o completo desconhecimento inicial do mundo que, para serem superados, necessitam

dos cuidados de um adulto, cuidados estes que estarão ligados a função materna. Os primeiros tempos de vida do ser humano, então, são pontuados por seu contato com a mãe. Esta primeira relação mãe-bebê terá um papel fundamental no curso da vida afetiva do sujeito, razão pela qual está no centro de vários trabalhos psicanalíticos.

O início do processo de desenvolvimento mostra que o bebê humano é extremamente dependente dos cuidados maternos, assim como da presença contínua de sua mãe. A mãe “suficientemente boa” da teoria de Winnicott (1960) é aquela capaz de responder, naturalmente, as necessidades de seu bebê, propiciando uma relação harmoniosa. Porém, esta relação harmoniosa entre a mãe e seu bebê produz, neste último, sentimentos de ilusão e onipotência.

Para que o bebê passe do estado de dependência absoluta e de fusão ao estado de independência – em suma, a passagem do princípio de prazer ao princípio de realidade tal como o concebe Freud –, é preciso que se produza nele uma desilusão. A mãe deve então ensiná-lo, progressivamente, a passar por pequenas frustrações para que ele possa estabelecer a diferença entre realidade e ilusão colocando-o assim, fora da esfera da onipotência.

É preciso considerar que, no início da vida, a criança não consegue estabelecer uma ligação entre a realidade subjetiva e a realidade externa. O início da vida é marcado por uma dependência absoluta em relação à mãe. M. Mahler (1968) emprega a expressão “simbiose normal” para descrever este estado de fusão com a mãe. Durante esta fase, o bebê funciona como se ele e sua mãe formassem uma unidade dual no interior de uma única fronteira comum. A simbiose inscreve esta ilusão de uma fusão alucinatória, de uma fronteira comum entre dois indivíduos psiquicamente e realmente distintos. O interno e o externo serão diferenciados gradualmente.

Como podemos observar, para o início do processo de subjetivação, é preciso que se produza a desilusão de ser um. A mãe deve fazer retorno a sua posição genital renunciando ao bebê como objeto de sua completude. Este retorno abre o espaço para a função paterna, fazendo oposição à unidade narcísica primária. Para tanto, o desejo da mãe deve aparecer, em seu discurso, endereçado a um outro objeto e, desta forma, coloca-se fora da esfera de onipotência da criança.

Mas esta passagem da ilusão à desilusão da unicidade não se faz sem sofrimento para o sujeito em formação. Esta perda difícil e necessária mostra à criança que o objeto não é mágico e que ele não aparece logo que é desejado. Se a ilusão fazia a criança crer que ela era parte do corpo da mãe, dando-lhe a ilusão de ser um falo materno, a desilusão cria uma zona de expe-

riência intermediária, um espaço transicional necessário para a passagem do princípio do prazer ao princípio de realidade.

A constituição do sujeito supõe, necessariamente, que uma separação possa se estabelecer e, neste sentido, compreende-se que nascer subjetivamente é dar um passo para além do fisiológico; supõe ainda uma relação de objeto seguida da possibilidade de se constituir a percepção de objeto em sua ausência, processo essencial para a formação de um objeto psíquico. Estas passagens exigem um trabalho de luto e de perda tanto da criança quanto da mãe que deve renunciar ao seu bebê enquanto objeto parcial que lhe pertence, deixando um espaço para a diferença.

A mãe deve então elaborar a falta estrutural, partindo do princípio que a criança não vem reforçar seu narcisismo, que ela não pode completar o vazio e que ela não é um objeto de seu desejo e de sua completude. A separação mãe-bebê consiste na castração da mãe, ou seja, na simbolização da castração como falta estrutural e no luto de sua onipotência. Podemos dizer que a separação autoriza a criança a se desenhar um lugar como sujeito no mundo e torna possível e desejável o encontro com novos objetos. Por outro lado, a falha deste processo na criança pode deixá-la submetida ao gozo materno.

Em suma, é a partir das experiências de sobrevivência face à ausência da mãe e seu retorno que o ser humano se inscreve na vida; e é somente se existe separação que ele pode estabelecer uma relação objetiva com o outro. Entre presença e ausência, investimento e desinvestimento materno, é que se abre o espaço para o advir do sujeito desejante.

Estes elementos permitem dizer que, após o nascimento, a relação com um outro ser humano é um fator fundamental para o processo de maturação do bebê, para a relação futura com os demais seres humanos e, especialmente, para a criação do aparelho psíquico. Este último, exercendo uma função essencial de assimilação e elaboração dos estímulos provenientes da realidade externa e do meio interno, traz em sua constituição e em seu funcionamento, como pano de fundo determinante, as marcas daquelas experiências com o outro humano que o instituíram, marcas de satisfação e de frustração, de dor e de prazer, de amor e de ódio. Estas primeiras interações nos primórdios da vida e as marcas por elas deixadas preparam as condições do indivíduo para lidar com o desconhecido, com o sofrimento e com a falta estrutural inerente a todo o ser humano.

A partir destas constatações, podemos dizer que a noção de violência está estreitamente articulada à constituição do sujeito. Ela se instaura no ser humano desde os seus primeiros tempos de vida. Bastaria aqui pensar na perda da estabilidade que é o nascimento. Como já observamos no início do texto, o pequeno ser humano vem ao mundo em uma situação de com-

pleta dependência e desamparo que se seguirá da desilusão da unicidade.

Ao ser iludido e frustrado, continuamente, no desejo de completude e de ser um na fusão com a mãe, ao descobrir que esta mãe não está apenas a serviço de suas necessidades pulsionais, pois também o priva, interpreta suas faltas enunciando sua carência e sua dependência, o ser humano está submetido a uma violência que o constitui. Este adulto, ao atender as necessidades deste frágil ser desamparado que é o bebê humano, o violenta ao lhe dar o que ele precisa.

Piera Aulagnier designa este processo com o conceito de violência primária. Para esta autora, a violência primária corresponderia a ação psíquica pela qual se impõe uma escolha à psique de um outro, um pensamento ou ação, motivado pelo desejo daquele que o impõe, mas que são, entretanto, apoiados num objeto que, para o outro, corresponde à categoria do necessário (AULAGNIER, 1975, p. 38).

A noção de exterioridade, indispensável para a constituição do sujeito, se introduz na alternância presença/ausência da figura materna, o que não acontece sem impor uma violência ao sujeito em formação. Na mesma proporção em que esse outro exterior é fonte de satisfação das necessidades, ele é ameaça, já que quebra o sentimento de unicidade. Porém, é justamente esta violência fundamental que possibilita a relação com o outro. O pequeno ser humano é violentado pelo discurso da mãe que impõe o reconhecimento de um espaço separado do próprio, marcando a existência do mundo em confronto com sua psique. A violência fundamental é, então, condição do surgimento do sujeito.

Da mesma forma, a psicanálise freudiana nos mostra que a violência, enquanto fundadora da civilização, é determinante da subjetividade. As reflexões de Freud sobre o Supereu se estendem a um Supereu coletivo com a morte do pai da horda em *Totem e Tabu* (1912) ou na de *Moisés* (1939) pelo povo hebreu. O amor reaparece com o remorso em relação ao crime e torna-se o motor da constituição do Supereu pela identificação ao pai morto, encarregado de punir este ato e de impedir seu retorno. A agressividade e a violência renovam-se sem cessar, de geração em geração. A força de repressão da agressão encontra apoio no temor de um possível castigo e do amor através do remorso.

É desta forma que o pai simbólico, aquele que podemos dizer que está morto, desde sempre, organiza o passado e o torna presente, criando a lei universal e as leis que humanizam, mas que só podem se estabelecer ao preço de uma renúncia. O laço social nasce então da morte do pai primitivo da horda selvagem e se sustenta, essencialmente, na separação deste drama fundador.



Podemos dizer que o homem da cultura é herdeiro e cúmplice de um crime, fato que tenderá a ser negado e perpetuado por toda a humanidade. O destino do complexo edípico retoma o mesmo drama na constituição de cada sujeito. Amor à mãe, ódio ao pai, que se coloca como obstáculo a esse amor, supressão do desejo de assassinar o pai por temor à castração. Encontramos aí mais elementos que nos induzem a pensar na violência como essencial ao advir do sujeito.

Porém, o que está no centro de nossa questão é o aparecimento de uma violência inominável que se coloca em gesto, portanto, algo que não se inscreve na linguagem. Neste ponto, nos deparamos com a violência com fins destrutivos; uma experiência de excesso que visa o aniquilamento do outro, a subtração do objeto. Não se trata mais da violência primordial, mas de algo que não encontra lugar na palavra.

A teoria psicanalítica e a prática clínica comprovam que “a palavra recalcada está intimamente vinculada à violência e à dor. Não se fala o que dói e a violência silencia” (BERLINCK e RODRIGUEZ, 1987, p.10). Estaria esta violência que chamamos de inominável, apontando a dificuldade em assumir a violência fundamental?

Poderíamos inferir que, quanto mais se busca negar a violência fundamental, a presença do outro, mais o sujeito se vê abandonado aos seus próprios impulsos, na ilusão de onipotência. A violência seria uma possível resposta para a situação do sujeito frente ao desamparo, tornando-se uma afirmação de sua existência como sujeito.

Os impasses para lidar com o desconhecido, com o sofrimento e com a presença do outro nos levam a pensar sobre a violência na atualidade. O apelo a mecanismos defensivos mais arcaicos, as dificuldades de simbolização e elaboração com que se defronta o sujeito inserido na questão da violência, apontam para a intensificação de um estado de desamparo e de desorientação subjetiva.

Seguindo a afirmação de Calligaris (1996, p. 31), “...privados do objeto do qual precisávamos para ser alguém, arriscamos a não ser mais ninguém. Isto basta para sair atirando”. Neste ponto, precisaríamos pensar de qual objeto estamos falando? Se a violência fundamental ou primária é constituinte do sujeito introduzindo o reconhecimento de um espaço separado do próprio, do outro separado de si mesmo, ela não é somente constituinte do sujeito, mas também da concepção de objeto.

Tomando o termo objeto na sua significação, ele seria o que se coloca frente ao sujeito. Schopenhauer (1893-1896), na sua filosofia, afirma que uma consciência sem objeto não é uma consciência, anunciando uma relação indissociável entre o objeto e o sujeito: não existe sujeito sem objeto, nem objeto sem su-

jeito. A representação própria do mundo já implica e contém os dois termos.

Sobre a concepção de objeto, embora complicada e complexa na teoria psicanalítica, poderíamos dizer que implica na existência do objeto psíquico, o qual se constitui no interior do sujeito e os objetos no exterior, ou seja, objetos de realidade. É justamente neste jogo, que envia de um ao outro, que talvez possamos falar de uma concepção de objeto na psicanálise.

Podemos observar a dificuldade inicial do pequeno ser humano em estabelecer uma ligação entre a realidade subjetiva e a realidade compartilhada percebida objetivamente. Uma longa evolução será necessária para o estabelecimento de uma capacidade a fundar uma relação com o objeto percebido objetivamente e admitir uma existência separada, fora da esfera de onipotência. Se nos apoiarmos no sentido do termo objeto enquanto oposto ao sujeito, é preciso então que o objeto se distancie para que possa ser percebido objetivamente.

Na teoria freudiana, as etapas do desenvolvimento são marcadas pela prevalência de um objeto: oral, anal, fálico. Porém, o termo objeto em sua teoria é o que há de mais variável no que se refere à satisfação das pulsões. A particularidade em sua teoria, como testemunha seu texto *Luto e Melancolia* (1915), é que o objeto, antes de tudo, é aquele da perda, a qual vai orientar a vida do sujeito no sentido de um reencontro impossível deste objeto. O essencial neste ponto é que não existirá nenhum verdadeiro reencontro com o objeto. É pela via da simbolização que haverá possibilidades de uma substituição.

Na verdade, no que concerne ao objeto, ele só acede à sua existência ao se tornar um objeto perdido. É importante observar que, se em um primeiro momento, Freud (1915) considera o objeto como o que existe de mais variável na pulsão, anos mais tarde, no seu texto *Esboço da psicanálise* (1938), ele acentua que a mãe adquire uma importância única. O objeto intrinsecamente variável de sua teoria das pulsões desloca-se para um único objeto.

Em suma, no desenvolvimento psíquico, os objetos da pulsão determinam a vida pulsional do sujeito, considerando que sua evolução permite a percepção do objeto em sua ausência, vias da construção de um objeto psíquico. Este movimento de possuir o objeto e depois perdê-lo, de investir e desinvestir este objeto é o que permite a criança simbolizar, a partir da perda imaginária, uma permanência de objeto, mesmo quando ele está ausente, como testemunha o jogo da bobina freudiano (1920).

Esta presença de objeto na ausência tem um caráter fundamental para a constituição do psiquismo. Para tanto, ele deve ser um objeto perdido, passando por uma série de modificações, nas quais o sujeito deve encontrar equivalentes simbólicos. Ine-

vitavelmente, o sujeito estará diante de duas vias antagonistas que se colocarão à prova na passagem adolescente:

[...]de uma parte, ele pode simplesmente substituir materialmente o objeto por um outro na realidade exterior sem, no entanto, modificar a modalidade do laço. De outra parte, ele pode proceder a uma modificação ao nível da realidade psíquica, o que implica uma metamorfose interna e administração de suas pulsões.” (DE ABREU E SILVA, 2007, p. 78)

## 2. Desejo e objeto – causa do desejo

Deste objeto perdido apresentado na teoria freudiana, o objeto a lacaniano não se constitui senão de um resto ou de um fragmento. Ele designa o objeto desejado pelo sujeito, mas que escapa ao ponto de se tornar um resto impossível a simbolizar. É justamente o fato de sua perda que o faz objeto - causa do desejo, cuja condição essencial é se constituir separado do sujeito. É preciso então, que ele se constitua primeiramente como um objeto separado e que, na sequência, se estabeleça uma relação com a falta. O objeto a marca uma perda estabelecida por uma distância entre o sujeito e o Outro.

Eis aqui um ponto onde podemos fazer alusão ao que Lacan (1968-1969) afirma: o objeto a cai do Grande Outro. Quando a mãe se ausenta para a criança, não é somente a mãe que se ausenta, mas também a criança se torna ausente para a mãe, ela se retira.

Lacan (1958) coloca o objeto a como objeto da falta, ou seja, frustração de um objeto onde o desejo está alienado. Sua constituição se dará de uma parte perdida na operação de alienação, à qual não se identifica com o sentido atribuído ao desejo materno, formando uma lacuna, resultante da superposição da falta no sujeito e no Outro materno. Esta lacuna se forma da impossibilidade da criança em responder ao desejo materno.

A separação consiste então, em um segundo tempo, no qual o objeto do desejo cede lugar ao objeto a – causa do desejo, tempo de revelação não somente da falta no Outro, mas da impossibilidade de vir a completá-lo ou, ainda, de ser um objeto para o Outro materno. Porém, trata-se então, antes de tudo, da forma como o desejo do Outro se manifesta para o sujeito em construção.

O objeto a pode ser nominado o representante do desejo insatisfeito do Outro. A constatação da criança sobre a impossibilidade de responder ao desejo do Outro materno é condição essencial para o nascimento do sujeito do desejo. “O objeto a é o objeto do desejo e, mais do que isso, é o objeto causa do desejo, determinando a divisão do sujeito, ou seja, sua incompletude estrutural.” (FIEIG, 2008, p. 96).

Podemos ainda, resumidamente, trazer a questão por um outro viés. Desde o início da vida, como já observamos anteriormente, a criança já se revela como um ser de falta em relação às necessidades físicas de coisas materiais (sede, fome, frio). Ela demanda ao Outro materno de satisfazer suas necessidades, o que podemos nominar, nesta fase, de demanda oral.

Em um segundo tempo, a criança supõe que o Outro lhe demanda algo. Na demanda anal, a criança supõe que a mãe lhe demanda o excremento. De um lado ou de outro da demanda, enquanto a necessidade pode ser satisfeita, a demanda introduz uma hiância, pois ela não pode ser totalmente satisfeita. Desta lacuna que se forma, na passagem da necessidade à demanda, abrem-se as vias futuras para o desejo.

### **3. A violência do discurso social pós-moderno: o excesso de investimento sobre os objetos de realidade**

De fato, os objetos de realidade se impõem muito cedo na vida do indivíduo e a construção do objeto psíquico está estreitamente ligada a estes objetos. Os objetos de realidade servem para exprimir a relação íntima que o sujeito estabelece com o objeto psíquico e, sobretudo, a capacidade de passar pela simbolização e sublimação construída ao longo do desenvolvimento infantil. Desta forma, estes objetos da realidade externa são o suporte das apostas do objeto psíquico. Apostas estas, certamente complexas, pois o objeto de realidade não se torna importante pelas suas características materiais, mas pelo investimento que o sujeito coloca sobre ele.

Trabalhar com a temática da violência implica em refletir sobre a história pessoal infantil, bem como sobre as referências do laço social, uma vez que os valores de uma sociedade participam também da subjetividade. Efetivamente, a satisfação subjetiva passa pelo que é culturalmente valorizado e o que é concebido, em um dado momento, como valor ideal da sociedade na qual o sujeito está inserido.

O fato de considerar, por um lado, a importância da determinação dos fatores familiares e psíquicos e, de outro lado, os fenômenos sociais e a falência das funções institucionais, não são menos relevantes na gênese da violência. Se a sociedade e as instituições não são elementos determinantes, elas se constituem, entretanto, como um fator agravante.

A fragilidade da própria sociedade, das estruturas e dos papéis desempenhados pelos adultos encontra-se no discurso social atual, repetindo o cenário da relação ao objeto original infantil. As condições que marcam a sociedade pós-moderna, particularmente no que concerne a relação ao objeto, onde observamos a recusa pelo caminho do simbólico, não podem senão agir como coeficiente multiplicador da violência sob todas as formas.

Em uma cultura onde o estado de totalidade parece possível através de objetos de consumo, a violência exacerbada não é senão a ressonância do que encontramos na nossa sociedade. Seria suficiente observar que a predominância da busca de satisfação imediata, absoluta e instantânea, expressão da relação que regula a relação aos objetos no mundo contemporâneo, é a problemática que encontramos no centro da questão da violência.

Atualmente, o discurso social incita, cada vez mais, o consumo de objetos da realidade que se tornaram, não somente sinais de pertencimento, mas também e, sobretudo, de sucesso e valor do indivíduo. Esta preponderância do objeto tornou-se exigência para a inserção e construção de um laço social. Com efeito, o sujeito moderno encontra-se frente a uma pane do “ser”, imerso no discurso em que é preciso, sobretudo ter, possuir objetos propostos pelo social.

A tecnologia parece prometer uma capacidade ilimitada de produzir objetos que possam evitar a privação da satisfação plena. Da mesma forma, os ídolos de hoje são referências, encarnando modelos que se arriscam sem limites e propõem a satisfação plena, não importando o preço a pagar. Em suma, o discurso na modernidade assegura a possibilidade de conseguir ser ou ter o objeto de completude e, neste sentido, ele se mantém no modo de relação de objeto, a mais precoce.

Na passagem ao social encontramos os traços do infantil, sustentados pela recusa do limite que se impõe ao ser humano, o estado inerente a todo o ser humano para sua subjetivação, em outros termos, a castração. A preponderância dos objetos de consumo nas relações sociais tornou-se o único território reunindo o individual e o coletivo. Se os jovens acordam tanta importância a estes objetos, esta valorização só pode ser atribuída a uma sociedade que se tornou inapta a propor projetos e mestres a se inspirar.

Esta preponderância dos objetos de consumo e a relação estabelecida com estes, por exemplo, estão no âmago da problemática da delinquência juvenil. Podemos entender a delinquência como uma resposta, em espelho, do que organiza o laço entre os humanos e a relação aos objetos na nossa sociedade. Em um meio onde o valor do indivíduo é atribuído ao que ele possui, o objeto de realidade, mais precisamente a sua posse, torna-se finalidade para o êxito na inserção social.

Da mesma forma, a violência também encontra sua inspiração nas imagens produzidas pela mídia, que banaliza ou evidência certos tipos de comportamentos extremos que pretendem simbolizar a liberdade individual. Podemos aqui apontar para as dificuldades que podem advir dessas condutas deixadas à livre consumação de uma população sem bússola, em busca de modelos identificatórios.

#### 4. Violência, desejo e objeto

Todas estas observações teóricas nos levam a perguntar o que acontece na questão da violência, onde não há reconhecimento do outro, onde o objeto é capturado ou destruído? Ainda podemos pensar no que os adolescentes inseridos na questão da delinquência nos dizem, quando afirmam: “foi o outro que mandou” ou “foi um outro quem fez”, expressões tão frequentes em seus discursos. Há um Outro que lhe demanda algo. Estaríamos aí então no campo da demanda que não chega a se constituir como desejo. O desejo do Outro, neste caso, é o que vem a ser colocado em cena.

Limites frágeis entre o dentro e o fora, entre sujeito e objeto, a violência revela todas as dificuldades da constituição de um objeto psíquico ou, dito de outra forma, a dificuldade em assumir a violência fundamental, negando a falta ou tentando obturá-la. A violência como recusa do reconhecimento do outro como objeto, acaba sendo, ao mesmo tempo, uma forma de se assegurar, efetivamente, das marcas da presença do Grande Outro. Entre o sujeito e o objeto, na experiência de violência, não existe nenhuma mediação. Ele é o objeto e o objeto é ele mesmo. Neste caso, estar frente a este objeto exterior torna-se insuportável, pois se torna uma ameaça à existência do sujeito.

Estas dificuldades de concepção do objeto que aparecem na questão da violência, concepção esta que teria seu esboço na violência primária, não estão associadas à ausência efetiva do Outro materno na infância, mas sim ao que não ofereceu garantias, ao que não foi possível assegurar, tanto na presença quanto na ausência. Portanto, o desamparo em que se encontra o sujeito na problemática da violência não está ligado a um abandono efetivo, mas sim a uma violência contra o sujeito em constituição.

Talvez estes pontos possam ser elucidados através de duas resenhas de casos de adolescentes inseridos na questão da violência. Estes casos fizeram parte de um trabalho de pesquisa<sup>1</sup> que pretendia elaborar um modelo de avaliação clínica para adolescentes infratores e, sobretudo, pesquisar as invariáveis na questão da delinquência juvenil.

##### *Caso 1*

Chamarei de João, um adolescente de dezesseis anos, que se encontrava em internação provisória por roubo qualificado. João começou a cometer roubo qualificado, roubando pedestres e veículos, aos quinze anos de idade, acompanhado de ou-

---

1 Pesquisa intitulada *Delinquência Juvenil: um modelo de avaliação clínica voltado à aplicação de medidas sócio-educativas*, realizada em cooperação entre o Ministério Público do Estado do RS e o Laboratório de Psicopatologia Clínica e Psicanálise – Universidade de Marselha.

tros adolescentes. Ele é um adolescente de aparência dócil e olhar triste. Mostra-se atento e interessado em responder às perguntas formuladas.

Até seus cinco anos de idade, residiu com seus pais. O pai era alcoolista e usuário de drogas. Praticava violência física nele e na esposa, motivo pelo qual esta resolve separar-se. No dia seguinte à separação do casal, o pai retorna a casa e os agride novamente, momento em que a mãe decide entregar João aos cuidados da avó paterna. A partir de então, o menino passa a residir com a avó, o pai, a tia e seu marido, e seu primo. Algum tempo mais tarde, o marido separa-se da tia para residir com a mãe de João. Este fato faz com que o primo o provoque chamando sua mãe de “puta”, pois fugiu com seu pai.

A mãe o procurou na escola algumas vezes, convidando-o para morar com ela, mas a família dizia para João que ela o abandonaria novamente. Não teve mais notícias dela desde os seus sete anos de idade. Seu pai fez tratamento para o alcoolismo e parou de beber, há dois anos, na mesma época em que a avó faleceu. Porém, permaneceu usuário de drogas, o que o levou a contrair o vírus HIV. Agrediu fisicamente João até os seus treze anos.

Após o abandono da mãe, o menino passou a usar uma camisola dela amarrada em seu bico para dormir, situação que permaneceu até seus treze anos de idade, quando a avó exige que ele se desfaça destes objetos. Poderíamos pensar aqui no objeto transicional winnicotiano, que faria suporte face à ausência materna. Mas, neste caso, os objetos parecem ter a qualidade de uma espécie de aderência fusional, uma vez que João não consegue fazer passagem destes para o simbólico, utilizando estes objetos até sua entrada na adolescência. João somente os abandona frente à exigência da avó. Esta espécie de ruptura com estes objetos o precipita às vias da delinquência.

Quando criança, o menino foi encaminhado para tratamento psicológico pela escola devido à repetência escolar. Entretanto, a tia o levou somente durante duas semanas à psicóloga mesmo o menino tendo dado sinais de ter começado a estabelecer vínculo com a profissional. Nova situação de abandono se configura então para João. Em seu discurso, neste tratamento, ele tinha começado a falar sobre o afastamento da mãe.

O adolescente se emociona cada vez que fala de sua história familiar. Hoje, seu pai lhe conta algumas passagens de sua infância, mas ele de nada lembra. Recorda então que não gostava de desenhar, mas pedia à professora na escola que desenhasse para ele pintar. É neste momento que João sugere que eu desenhe para ele. Talvez aí tenha formulado um pedido para lhe desenhar um lugar como sujeito.

Quanto às suas transgressões, diz que antes de roubar sentia-se angustiado. Também sente uma espécie de “fissura” e

o coração batendo forte. Somente se tranquiliza depois de agir. Quando assalta pedestres na companhia de outros adolescentes vendem os objetos roubados e dividem o dinheiro. Uma vez que estes objetos nada podem assegurar, eles tornam-se somente moeda de trocas.

No terceiro encontro que teríamos com João, a instituição onde o adolescente estava em internação provisória, solicitou o cancelamento do horário. Pedimos que comunicassem ao adolescente o cancelamento do horário e a nova data marcada. Ao retornar para o horário com João, fui informada de que ele estava no isolamento, situação que ocorre na instituição quando os adolescentes cometem um delito grave.

João entra na sala, acompanhado pelo diretor da instituição. Este último anuncia a presença do jovem com a expressão: “tá aí o anjinho”. João estava no isolamento por tentativa de homicídio. Ao entrar na sala, pergunta-me porque eu não havia aparecido no dia marcado. Ele não havia sido comunicado do adiamento da data. Disse ter pensado que eu não iria mais, por ter visto “coisas” nele. Chora dizendo que “fez besteira e que agora vai se ferrar”.

Mesmo mediante minha tentativa de explicar a falha de comunicação sobre seu horário, João pede para adiar o encontro argumentando não ter condições de falar. Em outra oportunidade, João relata que a tentativa de homicídio se deu porque um outro adolescente mandou que o fizesse. Temos aí um outro da demanda como já discorremos neste texto. Neste instante, o adolescente lembra que seu tio morreu no presídio, após vinte e oito anos de prisão. Diz que, “no presídio não cuidam. Ele ficou doente e não davam remédio”.

João se reporta à ausência de cuidados com este tio que parece se referir à função materna. A ausência do cuidado materno e o abandono fazem parte, efetivamente, da sua história. Este abandono retorna sem, no entanto, adquirir nenhum sentido em situações, tais como a que, supostamente, o levou à prática da violência dentro da instituição, ao supor que seria novamente abandonado.

Este adolescente também assinala para seu cenário psíquico, quando fala de seu sentimento antes de roubar. Sente-se angustiado e, no mesmo momento, uma espécie de “fissura”. Esta fissura, que nos faz pensar em uma possível ruptura, corte ou separação, é o que o leva a capturar o objeto. Somente depois de capturar o objeto é que João se tranquiliza, como o surgimento de uma necessidade urgente.

Mas ele se refere, primeiramente, à angústia que não consegue controlar. Se tomarmos a definição de Lacan (1962-1963, p. 21) “a angústia é um afeto” e, como tal, tem a conotação de uma tensão conflituosa. Na concepção lacaniana, a angústia é “a sensação do desejo do Outro” (LACAN, 1962-1963, p. 92), um



momento de vacilação e de evidente manifestação da intervenção do objeto a.

Em uma relação perturbada do sujeito ao objeto, onde a dimensão do Outro materno resta dominante, a perda da percepção de objeto é experimentada como perda real deste e de si mesmo, provocando uma dor psíquica insustentável. A procura de um objeto de realidade, que lhe serve de suporte, é também a necessidade urgente de colocar o seu cenário psíquico na realidade exterior como prova de sua existência ameaçada.

### Caso 2<sup>2</sup>

Pedro, um jovem de dezessete anos, estava em internação provisória por haver cometido dois homicídios e também por tráfico de entorpecentes. O primeiro encontro realizou-se com a mãe do adolescente. Izabel, uma mulher de cinquenta e seis anos, mostra-se muito ansiosa e fala quase sem tomar fôlego. Tinha realizado a primeira visita ao filho, que ingressou há dois dias na Casa de Internação. Diz já estar um pouco melhor depois de tê-lo visto, porque ele lhe garantiu que estava bem, embora estivesse no isolamento. Izabel queixa-se de solidão e de não ter conseguido fazer o filho ficar com ela. Também se diz irritada porque ele pensa em sair da FASE e voltar a morar com os amigos. “– Estou sofrendo há um ano. Ele me deixou para andar com os amigos” diz a mãe.

Izabel perdeu seus pais quando criança. A mãe morreu antes que ela completasse seus onze anos e o pai, após a morte da esposa, começou a vagar pelas ruas. Acabou falecendo em seguida quando então Izabel saiu de casa e veio para Porto Alegre. Nunca mais teve contato com seus irmãos. Namorou um policial com quem teve uma filha, atualmente com trinta e dois anos. Depois morou com um músico durante oito anos, mas a relação terminou devido aos seus ciúmes do companheiro. Saiu por duas vezes com o pai de Pedro, um homem casado, com um filho de vinte e dois anos. Engravidou de Pedro aos quarenta anos. Depois que o menino cresceu, diz ter tentado aproximá-lo do pai. Este o levou para trabalhar com ele, mas, segundo Izabel, acabou desistindo, dizendo que o menino não gostava dele.

Depois do nascimento de Pedro, Izabel diz que “não quis saber de mais ninguém”. Teve uma relação que durou pouco tempo, mas não moraram juntos. “– Pedro é minha razão de viver” ela comenta. Amamentou seu filho durante três meses e atribui o desmame ao câncer que teve no seio. “– No dia em que Pedro completava dois anos, estava no hospital tirando o seio. Tive câncer quando meu bebezinho ainda mamava”. explica a mãe. Pergunto-lhe a quem ela se referia e ela me responde: “– Pedrinho, o meu bebezinho”.

---

2 Caso apresentado na íntegra, no livro *Adolescente, sexo e morte*. Porto Alegre: CMC Editora, 2009.

Pedro abandonou a escola alguns meses depois de começar o primeiro ano do ensino médio. Izabel tentou ajuda do conselho tutelar, por diversas vezes, pois não sabia o que o filho ficava fazendo na rua com os amigos, porém, não obteve resultados. Pedro matriculou-se em outra escola iniciando o ano letivo. Evadiu-se novamente em abril do mesmo ano, após ter cometido o primeiro homicídio. Desde então estava foragido, motivo pelo qual a mãe resolveu mudar-se para outro bairro. Sabia do homicídio e não queria que ele fosse pego pela polícia.

Porém, Pedro não foi morar com ela. Foi residir com seus amigos. Segundo a mãe, estes fazem tráfico de entorpecentes. Quanto ao homicídio, seus relatos são confusos. O primeiro, ela diz que foi em um baile e a briga começou entre a vítima e outra pessoa. O segundo homicídio, ocorrido em agosto do mesmo ano, foi porque a vítima teria ameaçado seu filho, que voltou ao bairro onde residiam para rever amigos.

O adolescente voltou a morar neste mesmo bairro, momento em que a mãe acredita que começou seu envolvimento com o tráfico. “– Ele é burro, fica se expondo por aí” diz a mãe. Pedro visitava-a semanalmente e pedia dinheiro. Ela lhe dava em torno de trinta reais por semana, o que a faz concluir que ele não teria dinheiro suficiente para comprar a arma que disse ter custado trezentos e cinquenta reais. Izabel comenta que o filho estava acompanhado de um jovem adulto, quando foi capturado pela polícia. Este também está detido, mas Pedro disse a ela que não vai entregar ninguém, assumindo a responsabilidade pelos dois homicídios e tráfico de entorpecentes. Izabel acrescenta: “– Ele gosta de mim, mas não quer ficar comigo. Eu posso oferecer o céu para ele”.

No dia anterior à captura do filho pela polícia, Izabel diz tê-lo esperado para jantar. Como ele não apareceu, deixou comida e dinheiro para ele no dia seguinte. “– Deixei bilhete aqui e ali de tanto que eu amo ele” diz a mãe. Quando soube que o prenderam, teve vontade de sair pela rua gritando seu nome. Izabel segue sua fala: “– Acho que tenho pânico de perder as pessoas, pai, mãe, irmãos, filhos. Cheguei até a sonhar que eu perdia ele, que ele tinha fugido e me acordava gritando. Agora é como se eu tivesse morrido”.

Pedro dormiu na cama com a mãe até que completasse onze anos, a mesma idade com que Izabel perde sua mãe. “Tudo era para ele” ela lembra. Não consegue dormir à noite, pois tem medo que ele esteja passando fome. Sente-se perdida, porque não tem para quem fazer comida e nem para cuidar. Tem vontade de procurar seus parentes na sua cidade no interior, mas acha que precisaria de muito dinheiro para procurá-los.

Izabel comenta ainda que sente muita ansiedade e não consegue dormir, mas não quer fazer tratamento com psicólogo como lhe recomendaram. Acha que o tratamento não vai resol-

ver a dor, pois o problema agora é com a polícia. Ela se despede pedindo-me que cuide de seu filho e que o convença a ficar com ela.

O primeiro encontro com Pedro foi difícil, assim como os outros que se seguiram. Embora tivesse concordado com o trabalho, não se mostrou nada disponível na primeira vez que o vimos. Pedro não quer falar sobre sua história, diz ter muitas lembranças da infância, porém nada quer dizer sobre elas. Com a proposta de que falasse então o que viesse no seu pensamento, ele pronuncia frases curtas, parecendo cuidar muito para que nada escapasse.

Continuava a falar quando colocávamos alguma questão, mas sempre bastante reticente. Diz ter parado de estudar por causa dos homicídios. O primeiro ocorreu quando morava com a mãe ainda. Envolveu-se em uma briga em uma festa e passou a sofrer ameaças. Voltou ao local no final de semana seguinte com uma arma que tomou de um amigo e cometeu o homicídio. Em um primeiro momento, Pedro comenta que, a partir de então, não quis mais morar com a mãe para protegê-la, mas logo depois, diz que queria sua independência e que a mãe o controlava.

A vítima do segundo homicídio participou da mesma briga e também o ameaçou. Pedro não pensou em buscar a ajuda de ninguém, muito menos procurar a polícia. “– Polícia não serve para nada. Não adianta nada” ele comenta. Pedro não sabe a idade das vítimas. Acha que eram jovens. Não pensou em nada antes e nem depois de cometer os homicídios. Apenas pensou que devia matar. Acrescenta que foi pego na casa onde mora com amigos, por tráfico de entorpecentes e que prenderam também o amigo que estava com ele no momento. Era maior de idade e Pedro faz questão de dizer que ele é inocente. Afirma novamente querer evitar falar sobre este assunto ou qualquer outra coisa. Pedro enfatiza sempre não gostar de contar histórias, o que certamente estaria associado ao seu envolvimento com o tráfico o qual ele se submete às leis, na tentativa de escapar da posição em que se encontrava junto à mãe.

### **Considerações finais** sobre os casos apresentados e o trabalho institucional na questão da violência

Em ambos os casos apresentados, o problema não parece residir na criança, precocemente abandonada, uma vez que, no excesso de presença, como podemos observar na segunda resenha, também encontramos o desamparo. A questão aponta para a impossibilidade de significar a separação, de construção da percepção do objeto separado do sujeito.

Podemos inferir que esta violência aparece, justamente, como efeito do ódio, provocado pela ameaça da quebra da oni-

potência, da unicidade. Neste ponto, o sujeito só encontra saída para o alívio da tensão pulsional na destruição do outro, na aniquilação, na supressão e na fusão com o objeto. Ainda podemos constatar que existe a presença de um suposto Outro da demanda na prática da violência, onde então o desejo do sujeito se subtrai.

Através dos conceitos apresentados e das duas resenhas que se caracterizam por adolescentes inseridos na questão da violência exacerbada, tentei suscitar algumas reflexões sobre sujeitos os quais, estar frente ao outro, remete a uma situação de ruptura. Reconhecer o outro e aceitar as leis de regulação social já implica em enunciar a falta, em lembrar a perda da unicidade. Como apresentamos, no início deste texto, é a violência primordial que permite a relação com o outro de forma não fusionada.

Neste ponto, seria necessário pensar no trabalho desenvolvido com jovens delinquentes institucionalizados. Podemos dizer que a instituição é um terceiro que divide, mas que reúne de outra forma. A instituição se articula no laço social e, para o adolescente, ela é seguidamente vivida como a “reencarnação de um adulto”. A relação do adolescente com a instituição pode ser entendida em dois discursos: fazer laço e fazer separação. Para tanto, é preciso que a instituição possa ser o suporte de um terceiro, aquele que produz a distinção sujeito e objeto, permitindo ao adolescente que coloque esta premissa à prova. A questão que o adolescente se coloca, a propósito da instituição, será, então, aquela do seu papel, de seu estatuto na construção e elaboração do laço social, onde a preponderância da palavra é essencial.

Parece-nos evidente que a instituição é produto de uma demanda social e, como tal, reproduz o modelo proposto. Em uma época em que constatamos a dificuldade de investir e esperar, em uma paisagem social marcada pela velocidade que destituiu a linguagem podemos, sem dúvida, pensar que esta é uma das formas sutis de alienação. Com efeito, assistimos à dificuldade da construção de significantes essenciais para a inscrição do indivíduo na cultura de seu tempo.

Este discurso social, expressão da falência do simbólico, torna difícil o estabelecimento de um laço social para todos os indivíduos e, em particular, para os adolescentes. A crise de uma cultura e de uma sociedade, ou seja, daquilo que sustenta a posição do ser social, contribui da mesma forma para o fracasso das instituições e do que organiza o laço social, ou seja, a perda de sentido.

O adolescente precisa da função dos adultos dentro das relações sociais. A função dos adultos é aquela que abre a via do simbólico pela linguagem. Esta função se estabelece em um contexto social e cultural, mais precisamente, dentro das institui-

ções propostas pelo social e das quais o adolescente faz uso. Entretanto, se existe, nos nossos dias, um modelo que privilegia a relação maternal na sociedade, que se exprime pela obtenção da satisfação imediata e cada vez mais intensa sem deixar lugar à via do simbólico, a instituição torna-se cúmplice deste modelo. Este espaço suscetível de oferecer ao adolescente a possibilidade de organizar o laço social mostra hoje perturbações importantes.

Intervir na qualidade de adulto, junto ao jovem delinquente, consiste em dar referências que possam favorecer o laço social, introduzindo a função simbólica onde ela não teve seu lugar. Entretanto, o adolescente delinquente encontra na instituição a ressonância do social: a impossibilidade de aceder à palavra e aos significantes que possam lhe assegurar o lugar do desejo.

Sobre este ponto, Foucault (1975) situa a origem da delinquência na sociedade. Mais precisamente, ele atribui a delinquência a uma organização social incapaz de fornecer as necessidades fundamentais ao indivíduo, que apaga ou destrói nele possibilidades, aspirações ou exigências que surgirão após a infração. Foucault afirma assim que a delinquência é um produto da instituição. Estas exigências, que surgem após o agir delinquente, comportam a introdução do simbólico, da qual a instituição deveria ser o vetor. Enquanto o simbólico continua a falhar, não resta a estes jovens senão privilegiar a via do agir.

As condutas do agir são a repetição da demanda de se encontrar, em alguma parte, um lugar como sujeito. Resulta que esta falha da função de ser o suporte de um terceiro nas instituições, sobretudo no que concerne à delinquência, faz com que estes jovens se confrontem com a contradição entre o que é proposto e o que é oferecido como resposta. Face ao silêncio imposto pelo social e pelas suas instituições, com relação ao que quer dizer a delinquência hoje, a lei externa permanece estranha para este adolescente.

A dificuldade em dar lugar à palavra, em permitir que o sujeito entre em contato com a sua história, dificuldades estas que encontramos na instituição, certamente são entraves no trabalho com sujeitos inseridos na questão da violência.

## Referências bibliográficas

- AULAGNIER, P. *A violência da interpretação. Do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- BERLINCK, M.T. e RODRIGUEZ, S.A. (orgs.). *Psicanálise de sintomas sociais*. São Paulo: Ed. Escuta, 1988.
- CALLIGARIS, C. "Cena de sangue numa rua do Bronx". *Boletim de Novidades Livraria Pulsional*, São Paulo, n. 86, junho de 1996.
- DE ABREU E SILVA, R. Sujeito e objeto na delinquência juvenil. *Pulsional Revista de Psicanálise*. São Paulo, n. 189, p. 72-80, março 2007.

DE ABREU E SILVA, R. *Delinqüência Juvenil: algumas reflexões sobre a violência*. Adolescência, sexo e morte. Porto Alegre: CMC Editora, 2009.

FLEIG, M. *O desejo perverso*. Porto Alegre: CMC Editora, 2008.

FOUCAULT, M. (1975). *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard.

FREUD, S. (1913-1914). Totem e Tabu. In: Edição Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago Ed. Ltda, 1974.

\_\_\_\_\_. (1915). Luto e melancolia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, V. XIV. Rio de Janeiro: Imago Ed. Ltda, 1974.

\_\_\_\_\_. (1920). "Au-delà du principe du plaisir", in: *Essais de psychanalyse*. Trad. Fr. J. Laplanche et J.-B. Pontalis. Paris: Payot. 2001, pp. 45-84.

\_\_\_\_\_. (1937-1939). Moisés e o Monoteísmo. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago Ed. Ltda.

\_\_\_\_\_. (1938). Esboço de psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, V. XXIII. Rio de Janeiro: Imago Ed. Ltda, 1974.

SCHOPENHAUER, A., *Le monde comme volonté et comme représentation* (1788-1860), Vol. I, Paris, F. Alcal, (1893-1896), p. 25, 52, 63.

LACAN, J. Seminário XVI: *De um Outro ao outro* (1968-1969). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

\_\_\_\_\_. (1962-1963). Le séminaire X: *L'angoisse*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

\_\_\_\_\_. (1958). La direction de la cure et les principes de son pouvoir. In: *Écrits*. Paris: Seuil, p.585-646, 1966.

MAHLER, M. (1968). *Psychose infantile*. Trad. Fr. P. et J. Léonard. Paris: Payot, 1980.

WINNICOT, D. W. (1960). *Processus de maturation chez l'enfant: développement affectif et environnement*. Trad. Fr. J. Kalmanovich. Paris: Payot, 1970.



**Rosane de Abreu e Silva** é natural de Porto Alegre. Psicanalista, doutora em psicanálise e psicopatologia pela Universidade Paris 13 – França, e mestre em psicologia social e institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. É coordenadora do Laboratório de Psicopatologia Fundamental – Fundação Escola Superior do Ministério Público. Além disso, Abreu e Silva é membro da Escola de Estudos Psicanalíticos, membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, e membro do Laboratório de Psicopatologia Clínica e Psicanálise da Universidade de Marselha – França.

#### **Algumas publicações da autora**

MELMAN, C.; DE ABREU E SILVA, R. e outros. *Adolescente, sexo e morte*. Porto Alegre: CMC Ed., 2009.

DE ABREU E SILVA, R. Sujeito e objeto na delinqüência juvenil. *Pulsional Revista de Psicanálise*. São Paulo, n. 189, p. 72-80, março 2007.

\_\_\_\_\_. As múltiplas faces da violência. *Latin American Journal of Fundamental Pscychopathology On-line*. v. 4, p. 219-228, 2007.

\_\_\_\_\_. Les objets de la pulsion et la construction de l'objet psychique chez l'adolescent délinquant. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. IX, p. 636-642, 2006.

\_\_\_\_\_. L'agir délinquant: l'appel à un passe à l'acte. *Journal des psychologues*. Paris, v. 1, n. 218, p. 51-55, 2004.